



# ELITES DIRIGENTES, ENGAJAMENTO POLÍTICO E RETRIBUIÇÕES DO MILITANTISMO AMBIENTALISTA

Wilson José Ferreira de Oliveira\*

## RESUMO

Esse artigo examina as relações entre elites dirigentes e modos de reconversão do engajamento político. Trata-se de analisar as condições e as lógicas sociais que fundamentam os usos da militância na defesa de causas ambientais para a inserção e a ocupação de posições dirigentes em esferas de atividade diversificadas. Para dar conta disso, são confrontadas as abordagens centradas na constituição ou posição social dos atores políticos e as que focalizam as lógicas processuais e as ações que estruturam suas concepções e práticas individuais. A metodologia utilizada consistiu na realização de entrevistas biográficas com três gerações distintas de ativistas do Rio Grande do Sul, focalizando suas condições sociais de origem, os significados associados ao uso da formação escolar na militância, as principais modalidades de carreiras militantes e os tipos de recursos e de vínculos sociais que fundamentam o exercício da militância. A pesquisa demonstrou que o ambientalismo constitui um espaço de reconversão de diferentes tipos de recursos sociais (familiares, escolares, políticos e profissionais), oferecendo retribuições e postos dirigentes aos militantes em esferas de atividade diversificadas com base na participação simultânea em múltiplas redes sociais.

*Palavras-Chave:* elites dirigentes; engajamento individual; militantismo; retribuições; ambientalismo.

\* Professor do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, Laboratório de Estudos do Poder e da Política, LEPP. [wjfo2001@ig.com.br](mailto:wjfo2001@ig.com.br)

## INTRODUÇÃO

A existência de organizações e de mobilizações ambientalistas no Brasil tem início no final do século XIX, quando a defesa de parques nacionais e de espécies animais e vegetais passou a ser objeto de formulações governamentais e da ação desenvolvida por associações ambientalistas (Oliveira, 2005). Todavia, é somente a partir da década de 1970 e, principalmente, de meados dos anos de 1980, que se observa uma maior propagação e difusão da defesa de causas ambientais para diferentes setores da sociedade, assim como a emergência e proliferação de diversos grupos e organizações sociais participando das mobilizações ambientalistas (Loureiro; Pacheco, 1995; Alonso; Costa; Maciel, 2007). Ainda que se observem diferenças significativas na quantidade de associações ambientalistas criadas na década de 1980 e na composição social de seus respectivos dirigentes, em comparação com a década anterior, pode-se tomar os anos de 1970 como o marco da emergência de um padrão diferenciado de militância na defesa de causas ambientais (Oliveira, 2008b). Trata-se, desde então, de um militantismo fortemente articulado com grupos, organizações e lideranças que atuam em diversas mobilizações e lutas políticas e sociais, resultando num aumento expressivo tanto do número de organizações quanto na maior diversificação dos tipos de reivindicações e bandeiras de lutas que passaram a integrar a atuação das organizações e lideranças ambientalistas (Id. Ibid.; Schmitt, 1995).

Em geral, a literatura nacional tem dado pouca atenção a essas mudanças e praticamente não tem explorado as consequências que isso tem acarretado para as formas de engajamento e de participação na defesa de causas ambientais. Dentre as causas desse desinteresse, pode-se levantar o forte militantismo que tem caracterizado as condições e os processos históricos e institucionais de formação e de exercício das ciências sociais no Brasil (Pécaut, 1990). De certa forma, isso pode ser exemplificado pela própria dinâmica de configuração da sociologia ambiental no Brasil, na medida em que o impacto das mobilizações pela “redemocratização” resultou numa forte imbricação entre as abordagens científicas e o debate político sobre o ambientalismo, ao invés da consolidação de um campo de estudos e pesquisas com problemáticas teóricas e conceituais própri-

as das ciências sociais (Oliveira, 2008c). Dessa forma, o interesse inicial em relação ao ambientalismo brasileiro foi dominado por abordagens que associavam o conteúdo ideológico das mobilizações e reivindicações à emergência da chamada “crise ecológica” internacional e à “crítica ao modelo de civilização”. Em decorrência desse tipo de interesse, a produção nacional tem se caracterizado por certa negligência quanto à investigação das condições históricas e sociais de emergência e de transformação das formas de engajamento e de participação na defesa de causas ambientais. Quando muito, tais perspectivas associam o nascimento e o desenvolvimento das mobilizações ambientalistas no Brasil a macro-processos de “difusão internacional”, de “universalização” e de “globalização” de causas ambientais, pressupondo que o discurso ambientalista se desenvolve acima dos constrangimentos políticos e institucionais particulares que influenciam a adesão e a participação dos respectivos atores sociais na defesa de tais causas.

Este artigo compreende essa problemática de investigação mais geral, referente às condições de emergência e às dinâmicas próprias do militantismo na defesa de causas ambientais. Ele faz parte de uma investigação anterior sobre a emergência e as redefinições do ativismo ambiental entre 1970-2005 (Oliveira, 2005). Em tal pesquisa comprovamos que a maior propagação e difusão do ambientalismo ocorridas a partir da década de 1970 estão relacionadas com a inserção simultânea dos ativistas em diversas redes de organizações e de “movimentos sociais” e com a intensificação da utilização instrumental do engajamento na defesa de causas ambientais para a politização de esferas sociais diversificadas. Com base nisso, levanta-se a hipótese de que os anos de 1970-1980 constituem um marco importante do processo de configuração do ambientalismo como uma esfera de reconversão de recursos sociais diversificados (familiares, culturais, políticos, profissionais, etc.) para a atuação em diferentes esferas de atividade. Trata-se, portanto, de demonstrar que o engajamento e a militância na defesa de causas ambientais constituem atualmente espaços de ampliação das esferas de atuação dos ativistas, ao dar acesso a recursos e vínculos que poderão ser largamente utilizados para o ingresso e a ocupação de posições dirigentes em esferas de atividade diversificadas.

Essa formulação da questão de pesquisa defrontou-se, primeiramente, com discussões e confrontos relativos ao estudo do engajamento e das formas de participação política. A aceitação tácita de um modelo “normativo e idealizado” de democracia que orientou durante muito tempo as investigações sobre a temática do engajamento político, constituiu um dos principais obstáculos à reflexão sobre as desigualdades de condições sociais vinculadas à produção do gosto pela participação política (Bourdieu, 1979; Memmi, 1985). Todavia, a ruptura com tais postulados tem possibilitado nos últimos anos o levantamento de indagações a respeito do engajamento diferenciado em organizações e mobilizações coletivas (Passy, 1998), de modo que uma das principais linhas de investigação da temática do militantismo diz respeito à análise das condições sociais, políticas e culturais que conduzem um número relativamente restrito de militantes à ocupação de postos de direção nas próprias estruturas organizacionais dos movimentos sociais. No caso do ecologismo, esse tem sido um aspecto importante na medida em que muitos trabalhos têm procurado caracterizar a “atipicidade” do ativismo ambientalista com base em investigações das origens e trajetórias sociais e dos itinerários militantes, políticos e profissionais dos que ocupam posições dirigentes nas próprias organizações e mobilizações ambientalistas (Sainteny, 1999; 2000). Dessa forma, as investigações sobre como se formam e são recrutadas as “minorias” ou “elites” que “comandam” os “movimentos sociais” têm, cada vez mais, ocupado um lugar de destaque na literatura sobre militantismo.

Em consonância com tais orientações, outro conjunto de problemas que tal formulação da questão de pesquisa suscitou diz respeito à análise concreta dos usos sociais que são feitos do próprio militantismo para o ingresso e a ocupação de posições dirigentes em outras esferas sociais. Para isso, teve um papel importante a reintrodução da questão referente aos diferenciais de poder e às desigualdades das condições sociais de origem e dos respectivos capitais (sociais, econômicos, políticos e culturais) possuídos pelos diferentes agentes sociais que funcionam como mecanismos de recrutamento para a entrada em organizações e mobilizações coletivas (Bourdieu, 1979; Memmi, 1985; Eder, 2002). Tais reformulações no âmbito do militantismo foram também acompanhadas

por certas renovações quanto ao estudo dos próprios grupos dirigentes. No que diz respeito ao estudo das elites um dos principais avanços observados recentemente foi o abandono de polarizações que remetiam o estudo dos grupos dirigentes a questões de “ordem normativa e política”, bem como um maior estímulo ao confronto entre as abordagens centradas na constituição ou posição social dos atores políticos e as que focalizam as lógicas processuais e as ações que estruturam suas concepções e práticas individuais (Coradini, 2008; Perissinotto; Codato, 2008).

Esse conjunto de mudanças nas formas de análise tanto do engajamento político quanto dos grupos dirigentes constitui um dos pontos de partida para o levantamento de novas questões referentes às relações entre militantismo e grupos ou classes dominantes no âmbito da própria sociedade. Isso porque as disposições e competências requeridas para a participação política foram inseridas numa preocupação mais geral sobre as estruturas de dominação características de determinada formação social. Dessa forma, em meio a uma grande variedade de posições teóricas e metodológicas, um dos problemas que está em pauta nas investigações sobre tal temática diz respeito às relações entre posição, disposições e competências sociais vinculadas ao militantismo. Assim sendo, o estudo das condições e das lógicas sociais que fundamentam o ingresso e a permanência no militantismo se tornou uma das vias de acesso a problemáticas mais gerais referentes às estruturas de divisão de poder e às dinâmicas de reprodução social de grupos e estratos no interior de determinada sociedade.

Sendo assim, somos remetidos a questão que está no centro das preocupações desse artigo e que diz respeito à relação entre grupos dirigentes, militantismo e reconversão social. Um dos pontos de partida pertinente ao exame disso consiste, justamente, em analisar empiricamente como o próprio militantismo pode ser reconvertido em recurso legítimo para a manutenção ou o acesso a posições e cargos dirigentes em esferas de atividade variadas. Ou seja, sob quais condições e de que forma pode o engajamento político ser reconvertido em instrumento de manutenção ou acesso às posições dirigentes e em quais esferas isso é mais recorrente? Para dar conta de tal indagação parte-se da idéia de que um dos aspectos pertinentes à compreensão das condições e das lógicas sociais de

constituição e de atuação dos grupos dirigentes consiste na investigação das modalidades de reconversão de recursos sociais diversificados (familiares, culturais, políticos e profissionais) através da inserção social e do militância em diversas esferas de atividade. Pretende-se demonstrar com esse artigo que as dinâmicas de adesão e os desdobramentos do engajamento na defesa de causas ambientais constituem situações exemplares para a análise de tal questão. Para evidenciar isso, serão examinadas as condições e as lógicas sociais que fundamentam os usos da militância na defesa de causas ambientais para a inserção e a ocupação de posições dirigentes em esferas de atividade diversificadas. No âmbito do militância ambientalista, a análise de tal questão tem sido desenvolvida de forma predominante pelas investigações sobre as retribuições obtidas através do engajamento na defesa de causas ambientais (Sainteny, 1999, 2000). Em consonância com isso, trata-se de examinar os principais tipos de retribuições que podem ser obtidas com base na participação e no militância na defesa de causas ambientais e suas relações com as dinâmicas próprias de configuração do ambientalismo no Brasil (Oliveira, 2008a). Ou de maneira mais simples, trata-se de demonstrar que uma das peculiaridades da participação na defesa de causas ambientais, consiste na diversidade de retribuições que tal militância pode oferecer.

O material utilizado como fonte de informação consiste, primeiramente, de artigos de jornais de âmbito regional, informações disponíveis em sites de associações, redes de ONGs, secretarias, conselhos e comitês estaduais de proteção ambiental e publicações sobre a história do ambientalismo no Rio Grande do Sul e no Brasil. Tal material possibilitou fazer um inventário da constituição do “setor” de proteção ambiental, assim como do surgimento, das especificidades e das principais mudanças nos repertórios de ação coletiva que têm caracterizado as mobilizações ambientalistas entre 1970-2007. Em segundo lugar, trata-se de informações decorrentes de 60 entrevistas realizadas com ambientalistas que atuam em partidos políticos, na administração pública e na burocracia estatal, no exercício de assessoria e consultoria na “área de meio ambiente”, em universidades e centros de pesquisa, no interior da “profissão” em assuntos vinculados ao exercício de determinadas categorias profissionais (jornalismo, direito, biologia, etc.) e no desempenho de funções

remuneradas como “funcionários” e “técnicos” de ONGs. Os procedimentos metodológicos utilizados concentraram-se na investigação das trajetórias familiares, escolares, ocupacionais e militantes que os conduziram ao ambientalismo, no exame dos significados e das modalidades de uso da formação escolar associados à sua atuação e na análise da diversidade de esferas e de redes sociais que contribuem para a aquisição e a reconversão dos recursos que fundamentam suas concepções e práticas militantes. O material obtido através de tais procedimentos conduziu à identificação de diferentes padrões de carreiras que conduzem à atuação profissional na “área do meio ambiente” no período considerado. Tal material foi complementado pela realização de observações etnográficas da intervenção dos entrevistados em uma série de eventos vinculados à defesa do meio ambiente (reuniões de associações, seminários e congressos, conselhos e comitês de proteção ambiental, manifestações e protestos ambientais, etc.).

## **CONCEPÇÕES CULTURAIS, MILITANTISMO E RETRIBUIÇÕES DO AMBIENTALISMO**

Segundo Sainteny (2000), uma das formas de apreender a estrutura e a evolução de determinado agrupamento ou movimento consiste no exame dos tipos de retribuições que ele oferece aos seus participantes. Nesse sentido, ele salienta que conforme o “tipo de retribuição que dispõe um movimento, ele tenderá a mobilizar tal tipo de militante, até mesmo de elite, em busca desse tipo de retribuição, muito mais que outro tipo em busca de retribuições diferentes” (p. 328). Em consonância com isso, destaca também, que durante muito tempo a principal característica do ecologismo na França foi o predomínio de retribuições simbólicas e profissionais, de modo que apenas com sua ascensão ao poder do Estado é que se constitui uma oferta maior de cargos aos militantes e dirigentes ambientalistas.

Tal aspecto está relacionado à própria “atipicidade” dos dirigentes ecologistas, em comparação com a elite dos partidos tradicionais e de esquerda, no que diz respeito às suas características sociais, profissionais e culturais e também às retribuições oferecidas por esse tipo de

militantismo. Isso, porque se trata de dirigentes que provêm de categorias menos favorecidas e pertencentes às profissões do pólo intelectual, que detêm uma experiência política e partidária menos importante, à qual não resultou de um simples prolongamento da socialização política no meio familiar nem tampouco da atuação como profissionais da política e cujos tipos de formação universitária não são aquelas julgadas legítimas na competição política e sim formação/profissões científicas. Em consonância com os tipos de camadas sociais que encontram no ecologismo uma forma de ascensão ou manutenção de suas posições sociais, pode-se identificar um conjunto específico de retribuições que o mesmo pode oferecer. Ou seja, em lugar de retribuições materiais como postos ou poder de Estado, são as retribuições do tipo simbólico e social que se destacam e que às vezes são espontaneamente citadas e até mesmo apresentadas pelos dirigentes como “motivo” do seu engajamento (p. 331). Nesse sentido, os três principais tipos de retribuições por ele encontradas são: a obtenção de uma bagagem cultural relacionadas à aquisição de certa “especialidade” no tratamento da temática ambiental, a edificação de um capital de relações sociais e a integração social e profissional com base nos vínculos estabelecidos a partir do militantismo.

De acordo com isso, o predomínio de retribuições profissionais têm sido um dos principais aspectos levantados pela literatura internacional a respeito do ecologismo. Nesse sentido, salienta-se que a forte incidência de categorias escolarizadas na defesa ambiental resultou numa maior valorização e utilização da formação escolar e universitária como recurso militante e até mesmo numa divisão entre aqueles que se apoiam na formação universitária e na experiência profissional de um lado e, do outro, os que se utilizam predominantemente de recursos e competências políticas (Sainteny, 1999, 2000; Ollitrault, 1996; 2001). Dessa forma, alguns trabalhos têm salientado a importância da formação técnica e científica no recrutamento e na seleção dos dirigentes ambientalistas, resultando na constituição de uma categoria social que tem como um dos traços principais o fato de ser fortemente dotada em capitais culturais, escolares, profissionais e sociais: alta representação de diplomados, forte presença de categorias intelectuais, de universitários ou de pesquisadores e relações de afinidade e de inter-reconhecimento

com atores do universo científico, político, sindical e midiático (Ollitrault, 1996). A respeito disso, Ollitrault (2001), salienta que uma das principais transformações ocorridas nesse tipo de militantismo a partir de meados da década de 1980 foi a substituição de um modelo de “militante ativista” pelo “militantismo de expertise”. De maneira similar, Gallet (2002), demonstra que a utilização de “recursos de expertise” tornou-se um dos instrumentos principais do ativismo ambiental e guiou a reestruturação do GREENPEACE francês em sua estratégia de mobilização coletiva. Tais características escolares dos dirigentes são consideradas como um dos fatores principais que possibilita compreender a grande “circularidade” entre os discursos eruditos e militantes no universo do ambientalismo que se manifesta, entre outras coisas, através de uma ambigüidade extremamente forte entre as categorias científicas e militantes. Ela está fundada na capacidade que os “ecologistas” têm de utilização instrumental de recursos escolares e acadêmicos em proveito de sua luta militante, apropriando-se de análises científicas para justificar suas condutas e legitimar suas posições militantes, produzindo eles mesmos os seus discursos identitários, os quadros teóricos, os esquemas de interpretação e de avaliação do “movimento ecologista”, bem como definindo os problemas ecológicos a considerar e as soluções a adotar (Hannigan, 1995; Ollitrault, 1996).

Todavia, na situação analisada a forte incidência de dirigentes com formação universitária não parece ter conduzido a um militantismo caracterizado pela imposição de competências escolares e de *expertise*. Isso porque, para os próprios militantes, muito mais do que a titulação em si, o valor e a utilidade da formação escolar e universitária para o exercício profissional sempre implica a capacidade ou a competência de “articular” os recursos adquiridos durante o processo de escolarização à “realidade” e à “prática”. Nesse sentido, a aquisição de uma formação universitária, de competências técnicas e de suas vinculações com o exercício profissional, é apresentada pelos próprios militantes como indissociável da capacidade de integrar tais tipos de conhecimentos a “ideologias e práticas políticas”, de modo que sem esse “compromisso” ou “articulação” com a “realidade”, a escola e a formação que ela oferece não tem nenhum valor.

Isso se manifesta de forma particularmente intensa quando se examinam os relatos de tais dirigentes sobre as “raízes” do seu ativismo e as “motivações” que os conduziram à participação em mobilizações e organizações ambientalistas<sup>1</sup>. A respeito disso, cabe salientar que as respostas dos entrevistados sobre como começou o seu engajamento na defesa do meio ambiente freqüentemente tomam um sentido muito mais geral do que o pretendido inicialmente pelo entrevistador. Ao invés de apresentarem os acontecimentos e as circunstâncias que conduziram à sua adesão a determinadas mobilizações ou organizações ambientalistas, seus relatos têm como característica principal a evocação de momentos e situações de sua “vida” que desde muito cedo os colocaram diante de experiências, valores e problemáticas ideológicas que estão na “origem” do seu “interesse” e que dão certa coerência e consistência à sua participação nas lutas ambientais. Trata-se de práticas de contato e de convívio intenso com a natureza, ou mais precisamente, com paisagens, plantas e animais, como também de experiências familiares, religiosas, políticas, escolares e profissionais que, segundo eles próprios, proporcionaram o nascimento ou o despertar de valores e de atitudes que se tornaram a “causa” principal do seu ingresso e permanência no ambientalismo. Desta forma, o engajamento se apresenta para eles como algo que lhes concerne “diretamente”, pois se trata de algo bem anterior a qualquer tipo de envolvimento com as organizações, grupos, militantes e causas ambientais e que, portanto, está muito além da esfera da “escolha” e da “decisão pessoal”, de modo que nem eles próprios conseguem situar o momento preciso de suas “vidas” em que emergiu tal “interesse”.

Do mesmo modo, é a necessidade do “comprometimento” com a “realidade” e com a “prática” que constitui também a tônica principal dos seus relatos da vida escolar e universitária. É com base nessa exigência de um conhecimento comprometido com a “realidade” e a “prática” que avaliam a utilidade da formação escolar e universitária e que apresentam a “escola” como algo que pouco contribuiu para sua formação profissio-

<sup>1</sup> Para maiores detalhes, ver Oliveira (2005, cap. III).

nal. Nesse sentido, a maioria deles apresenta a escola de forma “negativa” e os motivos para isso são muito variados, tais como: sua falta de “utilidade prática”, a escola “pouco lhes deu”, eles tiveram que “descobrir quase tudo sozinho”, etc. Em contraponto às limitações encontradas na “escola formal”, eles manifestam a todo o momento a grande importância que adquiriu em seus itinerários escolares e profissionais um conjunto diversificado de “vivências”, de formas de “sociabilidade”, de engajamentos e militâncias. De maneira geral, eles expressam que foi “fora da escola” e da “universidade” que se estabeleceram o valor e a utilidade de sua formação profissional. Isso porque, para eles, a formação escolar e técnica é algo que só tem utilidade se estiver associada a uma “prática”, à “experiência vivenciada” pelo compromisso e participação perante a “realidade”. Sem o contato e a inserção na “realidade” e na “prática” os conhecimentos adquiridos através da formação escolar e universitária se reduzem a procedimentos técnicos e ao exercício de ocupações para “ganhar dinheiro”.

Esses tipos de relatos não se reduzem à “situação de entrevista”<sup>2</sup>, podendo também ser observados em diferentes “situações sociais”<sup>3</sup> nas quais a própria “história de vida” é utilizada como recurso para respaldar sua atuação militante: os contatos iniciais e as conversas informais que fazem parte do processo de negociação e de realização das entrevistas, como também suas intervenções em reuniões de associações ambientalistas, conselhos e comitês, encontros e seminários, festas e confraternizações, etc. Durante estas situações eles salientam que seu engajamento na defesa ambiental resulta de um “compromisso” que já vem desde muito tempo, constituindo uma espécie de “paixão” para a qual se sentiram atraídos “desde sempre”, durante a infância, na convivência famili-

<sup>2</sup> Sobre as entrevistas como “situações sociais” relacionadas a diferenças e constrangimento de posição social e à mobilização dos respectivos signos exteriores e incorporados durante sua negociação e realização e suas influências sobre o processo de análise das mesmas, ver Pinçon & Pinçon-Charlot (1991), Chamboredon, et. al., (1994).

<sup>3</sup> Para uma definição de “situação social” e “ordem de interação” como um determinado tipo de “ordem social” regida por leis e regras próprias de funcionamento e comportando diferentes “unidades estruturais”, ver especificamente Goffman (1991, textos 1, 4 e 6 e 1967, 1999).

ar, etc., muito antes mesmo de ingressarem na escola, universidade, profissão, como também em organizações ambientalistas.

Isso está associado, em parte, à grande diversidade de formação universitária presente nesse universo. Desse modo, ainda que se observe certa concentração em áreas como jornalismo, direito, biologia e agronomia, não se deve considerá-las como um indicador do peso crescente de certos tipos de formação ou conhecimento técnico, posto que também nesses casos seja a importância do “conhecimento prático” ou “conhecimento da realidade social” que é fortemente valorizada e que constitui um dos aspectos principais da utilidade e do valor por eles atribuídos à aquisição de tais formações. Nesse sentido, pode-se dizer que o ambientalismo tem se constituído como um espaço de reconversão de uma diversidade muito grande de competências e de especialidades técnicas e profissionais, desde que tais formações sejam devidamente associadas ao compromisso perante a “realidade” e a “prática”.

Por isso, mesmo que se observe um grau elevado de formação superior entre os dirigentes ambientalistas, não se deve tomar tal aspecto como uma evidência de que se trata de um militantismo caracterizado pela intensificação do uso da formação técnica e das competências de *expertise* como principais recursos militantes. Tal caracterização constitui um dos traços predominantes nas investigações e análises produzidas pelos principais grupos de pesquisa nacionais sobre a problemática ambiental (Alonso; Costa, 2002a, 2002b). Esse é o caso daqueles trabalhos que enfatizam a intensificação do processo de profissionalização das organizações ambientalistas (Loureiro; Pacheco, 1995), bem como dos que destacam a concentração dos processos de formulação e implementação de políticas ambientais nas mãos de poucos especialistas que detêm os conhecimentos técnicos, jurídicos e científicos (Zhoury; Laschefsky; Pereira, 2005; Leite Lopes, 2004). Dentre os principais problemas que se pode identificar em tais abordagens destaca-se, primeiramente, que elas consideram a formação universitária isoladamente do conjunto de recursos e de vínculos sociais que contribuem para o ingresso e a permanência de tais dirigentes no militantismo ambientalista. Em segundo lugar e associado a isso, elas também desconsideram os múltiplos significados vinculados à utilização da formação universitária como recurso militante em

suas relações com os tipos de recursos e de vínculos acumulados pelos dirigentes no decorrer de suas trajetórias familiares e de seus itinerários escolares, militantes, políticos e profissionais.

Quanto a isso, cabe salientar que, na situação em pauta, as definições que respaldam a atuação dos dirigentes nos remetem para concepções da formação e do exercício profissional que não são próprias ou exclusivas do ambientalismo, pois estão estreitamente ligadas à própria configuração da formação e do exercício profissional no Brasil. Nesse sentido, observa-se que diferentemente da forte oposição e resistência inicial dos grupos dominantes (aristocracia e burguesia) à imposição da formação escolar nos países europeus (Saint-Martin, 2002; Pinçon; Pinçon-Charlot, 2002), no caso brasileiro a formação universitária e profissional desde o início funcionou como um dos meios de reprodução do capital de relações sociais e interpessoais das próprias famílias dominantes (Dezalay & Garth, 2002). Associado a isso, observa-se também que o acesso e os usos do título escolar sempre estiveram articulados à ocupação de posições e postos dos membros das elites dominantes em esferas de atividade diversificada com base na inserção em redes de parentesco, de amizade e de clientela (Coradini, 1998; Conniff, 2006; Love & Barickman, 2006).

Tais aspectos estão na base da constituição de concepções “realistas” e “militantistas” da própria formação escolar e de suas articulações com o engajamento político. Trata-se de concepções que fundamentam definições de “militância” e de “profissão” como esferas de atuação interligadas e inseparáveis, de modo que o significado e o valor da formação universitária e do exercício profissional são considerados como indissociáveis do engajamento e da participação política (Pécaut, 1990; Coradini, 2001). Nesse sentido, são tais concepções que fundamenta a idéia presente em diferentes universos profissionais de que o engajamento constitui uma forma de extrapolar os “limites de sua profissão”, possibilitando associar sua formação escolar e o exercício profissional à “cultura geral” e ao “humanismo” (Coradini, 1998; Petrarca, 2007) e, assim, “elevar-se acima do simples exercício de sua profissão” (Dezalay & Garth, 2002). Trata-se, portanto, de uma situação em que o sentido e o valor da “profissão” implicam sempre um “compromisso” com uma “realidade” que é “totalmente política”, de modo que a formação e o exercício profis-

sional não existem separados da capacidade ou competência de “comprometimento” da formação escolar e técnica com “a realidade” e com a “prática” (Pécaut, 1990), ou no caso, com a “natureza” e com a “vida”. É por isso que o engajamento, mais do que significar “elevar-se acima da profissão”, constitui sempre uma forma de realização profissional, de não distanciamento da “realidade”.

Dessa forma, é com base em tais concepções que tais militantes olham com suspeição e desconfiança quem demonstra certa distância em relação à “natureza”, seja durante a infância, seja no decorrer do seu processo de formação escolar e profissional. Isso porque o engajamento no ambientalismo constitui uma forma de “ruptura” com o “simples” exercício profissional e de reativação de disposições que possibilitem “extrapolar os limites da profissão”. Todavia, mesmo termos como “ruptura”, “elevação”, “extrapolação”, etc., parecem insuficientes para a compreensão do que está em jogo nesse tipo de militantismo, pois eles ainda pressupõem um mínimo de separação ou de distinção entre profissão e militância, quando na situação considerada trata-se mais propriamente de “fusão” e de “indistinção”, uma vez que para os dirigentes, quando minimamente dissociada da “prática” a profissão, já implicaria numa certa “limitação” e em sua “redução”. Nesse sentido, parece-nos mais pertinente compreender o engajamento e a militância na defesa do meio ambiente como uma forma de extensão ou prolongamento de sua formação escolar e do exercício de suas atividades profissionais. É por isso que, mesmo quando os dirigentes apresentam sua participação sob o registro da “militância”, esta significa uma determinada “área de atuação profissional”.

Essas concepções comuns de sociedade e de política constituem um dos fundamentos principais da configuração do ambientalismo como uma “área de atuação profissional” na situação investigada. Elas nos conduzem a uma compreensão diferenciada dos processos de “politização” vinculados à emergência e à difusão do discurso ambiental no Brasil. Isso porque, conforme Lagroye (2003, p. 360-61), pode-se considerar a politização como uma “re-qualificação das atividades sociais às mais diversas” e que “resulta de um acordo prático entre agentes sociais inclinados, por múltiplas razões, a transgredir ou a colocar em causa a diferen-

ciação dos espaços de atividade”. Nesse sentido, acrescenta que as “empresas de politização” consistem em “contestar na prática, a pertinência e a legitimidade das separações instituídas e constantemente consolidadas” (Id, *Ibid.*, p. 362-363). Cita como exemplos de politização, entre muitos outros, o caso dos ecologistas que rompem com uma postura “purista” de recusa da participação e do ingresso na política partidária e eleitoral, bem como o de diferentes profissionais (professores, juízes, animadores sociais e artistas) que, durante os anos setenta e oitenta, contestaram uma visão da política restrita à política partidária e profissional, passando a articular o exercício de suas atividades profissionais a questões políticas mais amplas como a “democratização”, a “luta pela justiça e pela igualdade de direitos” e a “educação dos cidadãos”. É também nesse sentido que se pode interpretar uma das especificidades das mobilizações ambientalistas que emergiram em finais dos anos sessenta. Segundo Spanou (1991), elas implicaram certa “extensão da política”, na medida em que trouxeram à tona reivindicações que rompiam com o conteúdo das mobilizações coletivas centradas na oposição “capital e trabalho” e no pertencimento à classe operária, passando a definir como problemas coletivos e políticos, um conjunto de questões que eram tidas como “pontuais, individuais e privadas”.

No caso analisado, a politização toma um significado relativamente distinto, na medida em que ela se apresenta como um dos traços constitutivos da própria definição e prática profissional (Pécaut, 1990; Coradini, 1998). Por isso, a entrada na defesa do meio ambiente não remete a um tipo de politização que implique a ruptura com o exercício profissional dos dirigentes ambientalistas, pois aquilo que eles entendem por profissão já está desde o início impregnado por uma “conotação política”, na medida em que se trata da realização de um “compromisso” com uma “realidade” que é sempre “política”. Sendo assim, uma vez que o significado e a utilidade da escolarização se definem pela sua instrumentalidade para a “politização” das mais diferentes esferas de atividade, o engajamento na defesa de causas ambientais constitui uma das formas de realização e ascensão profissional em setores muito diversificados tais como: partidos políticos, universidades e centros de pesquisa, agências governamentais, empresas de consultoria, organizações profissionais, associações, etc.

Essa configuração do ambientalismo como um militantismo de reconversão profissional para a ocupação de posições de direção em esferas sociais diversificadas possibilita compreender de outra forma os tipos de retribuições obtidas através da participação no ambientalismo. Isso porque ela traz à tona tipos muito específicos de retribuições que o engajamento nesse tipo de causa pode oferecer aos respectivos dirigentes. Ou seja, as possibilidades de retribuição oferecidas por tal engajamento são as mais diversificadas possíveis e não se limitam à ocupação de postos em organizações especificamente voltadas para a defesa desse tipo de causa, nem tampouco a vínculos e recursos sociais decorrentes apenas da participação no ambientalismo. Pelo contrário, um dos resultados principais disso é que a participação nas mobilizações e organizações ambientalistas resulta sempre na possibilidade de alcançar postos e cargos em setores diversificados com base na inserção simultânea dos dirigentes em diversas esferas sociais. Sendo assim, muito mais do que retribuições vinculadas a um “campo” ou “setor” de atividade específica, o ingresso e a participação na defesa do meio ambiente constitui um dos instrumentos de ampliação das esferas de atuação dos ativistas, possibilitando a ocupação de cargos e posições dirigentes nas mais diversas esferas de atividade.

Ainda que de formas bem diferenciadas, o conjunto dos entrevistados compartilha essa mesma concepção da relação entre formação escolar e engajamento político, do seu significado e de sua utilidade para o exercício profissional, independente do período em que ingressaram no ambientalismo, bem como do tipo de formação e das esferas de atuação profissional. No entanto, é somente em suas articulações com um conjunto variado de recursos e de vínculos sociais que o significado da formação escolar e universitária adquire sentido para os próprios militantes. Assim sendo, em meio à continuidade dessa concepção militantista da profissão e de sua vinculação com outros tipos de práticas profissionais e militantes, existem diferentes padrões de reconversão e de utilização de recursos escolares no universo considerado. Tais diferenças não podem ser apreendidas como um resultado direto de tais concepções nem tampouco decorre apenas dos respectivos contextos políticos em que ocorre o engajamento. Elas evidenciam certas transformações quanto

às condições e às lógicas sociais que conduzem os dirigentes à participação nesse tipo de causa e mesmo que não resultem da ruptura em relação a essa perspectiva militantista da profissão, sinalizam claramente para sua maior diversificação. Para dar conta disso, trata-se de complementar a análise das concepções comuns que respaldam os significados atribuídos à participação na defesa do meio ambiente, com uma investigação das condições e dos processos sociais que conduzem ao engajamento diferenciado nesse tipo de causa. Desse modo, pode-se perceber que os múltiplos significados atribuídos à formação universitária e profissional estão fundados nos respectivos tipos de recursos e vínculos sociais que conduzem os dirigentes ao ambientalismo e resultam em diferentes padrões de reconversão social através de tal militantismo.

## **RECURSOS SOCIAIS, PERTENCIMENTOS MÚLTIPLOS E CARREIRAS MILITANTES**

Um dos procedimentos pertinentes à apreensão dos tipos de recursos e de vínculos que conduzem à atuação profissional no ambientalismo é o exame dos principais padrões de carreiras que conduzem à ocupação de cargos e postos destacados como “ambientalista” em diferentes esferas sociais. Tal análise possibilita apreender como se articulam disposições e situações vinculadas às diferentes sequências do processo de constituição das disposições que conduzem os dirigentes ambientalistas à participação efetiva em organizações de defesa ambiental. Como salienta Agrikoliansky (2002, p. 144), a pertinência da noção de “carreira” na análise do militantismo,

é primeiramente de considerar as ações humanas como *processos*, isto é, como atividades que se desenvolvem no tempo e possuem uma dinâmica própria, ao invés de considerá-las simplesmente como o reflexo de normas sociais, de papéis e de condicionamentos estruturais inflexíveis.

A utilização da noção de carreira na análise do militantismo procura dar conta, por um lado, das disposições favoráveis à participação políti-

ca e de suas relações com as desigualdades de condições de origem e os respectivos capitais (sociais, econômicos, políticos e culturais) possuídos pelos diferentes agentes sociais (Bourdieu, 1979) e, por outro, dos pertencimentos múltiplos dos atores sociais e dos diversos contextos e situações relacionadas aos processos de socialização que resultam na constituição e modificação das disposições que conduzem à participação em mobilizações coletivas (Fillieule, 2001).

Trata-se, portanto, de integrar a perspectiva diacrônica na investigação dos processos de socialização que conduzem à atuação profissional na defesa de causas ambientais à apreensão dos padrões de entrelaçamento de diferentes “ordens de experiência” (familiares, escolares, militantes e profissionais) vinculadas a esse tipo de atuação. Dessa forma, tal análise contribui para a compreensão das retribuições alcançadas através do militância ambientalista como resultado de “investimentos sociais múltiplos” e da participação anterior ou simultânea dos atores em um conjunto diversificado de “atividades sociais” (Collovald 2002; Coradini, 2002; Siméant & Dauvin, 2002). Isso permite apreender as disposições associadas à atuação individual como consequência da intersecção entre os processos de socialização vinculados às suas condições de origem e trajetórias familiares e os que decorrem das experiências e dos diversos contextos interacionais interligados à biografia individual ou, mais precisamente, à multiplicidade de esferas e de redes sociais associadas ao seu engajamento e à sua participação anterior ou simultânea em um conjunto diversificado de atividades sociais.

Dessa maneira, a caracterização dos principais padrões de carreiras que conduzem à ocupação de posições dirigentes em defesa do meio ambiente a partir dos anos de 1970, possibilita evidenciar a diversificação das modalidades de utilização instrumental da formação escolar para a politização de diferentes esferas de atividade e suas relações com disposições e recursos acumulados através de vínculos estabelecidos em diversos espaços sociais no decorrer dos percursos biográficos dos atores. Assim sendo, tomando como ponto de partida os anos de 1970, podem-se distinguir dois padrões principais de reconversão profissional através da militância no ambientalismo para a ocupação de posições de destaque em outras esferas sociais: de um lado, aqueles padrões de

carreiras que contam basicamente com recursos e vínculos decorrentes da família de origem; do outro, aqueles nos quais as dinâmicas de reconversão profissional estão fundadas nos vínculos estabelecidos a partir do intenso militância em organizações estudantis, partidárias e movimentos sociais diversificados. Sem pretender dar conta da grande variedade de padrões de reconversão da formação escolar em competências profissionais, tais exemplos permitem ilustrar certas características principais das modificações ocorridas quanto aos tipos de retribuições obtidas através de tal militância.

## **BAGAGEM CULTURAL, REDES FAMILIARES E NOTABILIDADE PROFISSIONAL**

Comparativamente ao período anterior, a década de 1970 inaugura um novo momento na história do ambientalismo brasileiro. Até então os principais defensores do meio ambiente eram lideranças vinculadas aos setores técnico-científicos e à burocracia estatal da época (Urban, 2001; Pádua, 1990). A partir desse período as bandeiras de lutas, as mobilizações e organizações ambientalistas passaram a ser lideradas por indivíduos pertencentes às elites econômicas, políticas, culturais, militares e religiosas e que atuam como “ambientalistas” em diferentes setores da sociedade. É justamente nesse período que a questão ambiental começa a emergir como uma “questão política” no Brasil, pois é a partir daí que ela passa a ser integrada na “agenda dos problemas nacionais” e os problemas ambientais começam a “ocupar espaço crescente nos meios de comunicação e na opinião pública, mobilizando grupos em torno da defesa ambiental e formando o que se pode denominar de consciência ambiental no país” (Loureiro; Pacheco, 1995, p. 138). Nesse sentido, pode-se falar da década de 1970 como um marco do processo de constituição da defesa ambiental como um espaço de articulação de recursos diversificados para a politização e a intervenção em diferentes esferas de atividade.

Tal modificação está estreitamente ligada a transformações nas características sociais das “novas” lideranças do ambientalismo. Com inúmeras diferenças entre os casos analisados, o padrão de atuação profissional no ambientalismo que tem início nos anos de 1970 pode ser caracte-

rizado pela predominância dos recursos e vínculos associados à bagagem cultural e política herdada ou construída a partir da família de origem (Oliveira, 2005). De maneira geral, trata-se de indivíduos com origens sociais elevadas: a grande maioria são filhos de grandes comerciantes, de estancieiros, de juízes, de profissionais liberais como advogados e engenheiros e de oficiais militares com formação universitária. Como bem definiu um destes dirigentes, todos eles tiveram “toda a formação da boa sociedade”, “boas escolas”, formação superior. Suas famílias “viviam no mesmo meio”, sendo que muitos deles já se conheciam antes de aderirem à causa ambiental em função dessa convivência comum, por frequentarem os mesmos clubes e pelos laços de vizinhança ou de amizade há muito estabelecido entre eles. O fato de se tratar de dirigentes recrutadas em famílias de posição elevada e vinculadas às elites dirigentes do “regime autoritário” era uma das condições que possibilitava a redução dos custos que a participação em mobilizações políticas poderia acarretar para os indivíduos durante o “regime militar”.

A posição social de origem dos ambientalistas “fundadores” foi um dos fatores que possibilitaram o seu engajamento na medida em que colocava tais indivíduos diante de um conjunto de situações e de experiências que contribuíram para a formação de certas disposições ligadas à participação na defesa de causas ambientais naquele momento. Os vínculos de parentesco e de amizade com o universo das elites políticas, religiosas, militares e empresariais é um dos principais ingredientes da socialização familiar de tais lideranças e constitui um dos fatores que estão na origem das disposições políticas que os conduziram à defesa de causas ambientais. Além disso, a origem estrangeira do grupo familiar, as viagens e os contatos frequentes com organizações e pessoas em outros países estão na origem de seu cosmopolitismo e de suas propensões para aderir a problemáticas políticas e ideológicas que estão acima das divisões e fronteiras nacionais (Loureiro; Pacheco, 1995, p. 149). Junte-se a isso o fato de os tipos de engajamentos que antecedem seu ingresso no ambientalismo consistirem na frequência a clubes e eventos culturais, a grupos naturistas e a organizações assistencialistas. Nesse sentido, observa-se que a grande maioria iniciou sua participação em associações ambientalistas com faixas etárias elevadas, numa fase mais tardia da for-

mação universitária e profissional e num período próximo ao momento da aposentadoria. Mesmo assim, pode-se falar de um militantismo de reconversão profissional, na medida em que tal engajamento está diretamente associado à retomada e à reorientação da carreira e do exercício profissional.

Tais aspectos estão na origem de um padrão de participação no ambientalismo baseado fundamentalmente na bagagem cultural e política herdada do grupo familiar de origem e resulta numa concepção de participação política fundada nas relações estabelecidas a partir da esfera familiar. Trata-se de modalidades de inserção e de concepções de política “particularística” e “aristocrática” (Coradini, 1998), fundadas no “dom” e na “opinião pessoal” decorrente de sua elevada condição social (Bourdieu, 1979). E não de formas de participação que pressupõem a aquisição de recursos militantes mediante a filiação ou militantismo anterior em organizações políticas, partidárias e “movimentos sociais”. Isso conduz a concepções e práticas que remetem sua atuação na “área de meio ambiente” à esfera da “ética”, da “filosofia” e dos “valores morais”. Em consonância com isso, o engajamento e a militância na defesa de causas ambientais constituem um “fim suplementar” que lhes permitem “maximizar outros bens raros” que eles possuem (Gaxie; Offerlé, 1985, p. 111) para a ampliação de suas esferas de atuação. Dessa forma, a participação em mobilizações e organizações ambientalistas constitui uma forma de aquisição de posições de notabilidade com base na bagagem cultural e familiar, mesmo para aqueles que não exerciam atividades profissionais ou que tiveram que recusá-las em decorrência da vida familiar. Pode-se, portanto, distinguir algumas modalidades principais de adesão ao ambientalismo entre tais dirigentes: de um lado, aqueles cujo engajamento constitui uma forma de retomada de uma “carreira profissional” interrompida; de outro, os que buscam na defesa ambiental uma maneira de reorientação de seu exercício profissional.

Em primeiro lugar, trata-se de modalidades de participação constituído pelas esposas de empresários, médicos e juízes que haviam abandonado suas atividades e carreiras profissionais em função do casamento e da criação dos filhos. Dotadas de uma elevada bagagem cultural e escolar, no sentido que Saint Martin (1999) chama de capital de “boa educação”,

elas adquiriram o aprendizado do voluntariado na família e na escola e, muito antes de atuarem no ambientalismo, apresentam um itinerário de dedicação a atividades voluntárias, religiosas e caridosas. É como desdobramento da formação adquirida no meio familiar e escolar e desenvolvida através do trabalho voluntário que ocorre o ingresso na defesa do meio ambiente. Nesses casos, a atuação no trabalho voluntário e, posteriormente, no ambientalismo possibilita a “recuperação” ou a “retomada” de uma carreira escolar e profissional interrompida ou mesmo abandonada. Em decorrência da grande disponibilidade de tempo gerada pela ausência da necessidade de trabalhar, puderam se dedicar integralmente à organização, tornando-se verdadeiras “funcionárias” das mesmas num momento em que segundo elas próprias a “ecologia” não era algo “muitíssimo sério” como é atualmente, pois consistia, basicamente, numa “ocupação para pessoas que tinham tempo a dedicar”. Com base em tais condições e nos recursos proporcionados pela família de origem elas adquiriram uma notoriedade tanto no âmbito nacional quanto internacional, conseguindo estabelecer parcerias e vínculos financeiros com empresas, organizações estatais, bem como com fundações e organismos internacionais<sup>4</sup>.

Em segundo lugar, destacam-se as modalidades de participação representada pelos que foram denominados de “profissionais liberais”. Diferentemente do caso anterior, trata-se de indivíduos que tinham uma razoável situação profissional e ocupacional como executivos de grandes empresas multinacionais (BASF, CITIBANK) ou como funcionários do setor público (da justiça federal, da universidade, do Ministério da Agricultura). Seus engajamentos também ocorrem numa faixa etária elevada, mas esta se combina com uma fase mais tardia do exercício profissional relativamente próxima ao momento de aposentadoria. Todavia, além da bagagem cultural propiciada pela sua origem social elevada, tais dirigentes podiam contar também com a “notoriedade” e os vínculos estabelecidos através do exercício profissional. A adesão ao ambientalismo funci-

4 Para um maior detalhamento do conjunto de casos que correspondem a tal modalidade, ver Oliveira (2005, cap. IV; 2007).

ona como uma forma de reorientação de suas atividades e do próprio exercício profissional. Em alguns casos, tal redefinição profissional constitui uma forma de retomada de certas aspirações descartadas no decorrer de seus itinerários escolares e profissionais. Todavia, uma das características predominantes nesse conjunto é a articulação da bagagem cultural adquirida através da família de origem com certa “notabilidade” e prestígio vinculados à formação e ao exercício profissional como instrumento de intervenção em diferentes esferas de atuação<sup>5</sup>.

Um dos exemplos mais representativos dessa modalidade de atuação profissional é o caso do primeiro presidente da AGAPAN (Dreyer, 2004). Um dos principais aspectos que chama a atenção no referido caso e que o torna extremamente significativo quanto às modalidades de reconversão profissional que tem início na década de 1970 é justamente a diversidade de esferas que através de sua atuação passa a ser vinculada à defesa ambiental. Essa combinação de atuação diversificada corresponde também ao seu reconhecimento simultâneo com um conjunto bastante heterogêneo de qualidades tais como “cientista”, “professor”, “agrônomo”, “ecologista”, etc. Ele era filho de um arquiteto bem sucedido que se tornou mais tarde pintor e professor do Instituto de Belas Artes da UFRGS e de uma “fervorosa liderança da comunidade católica” que pertencia a uma das famílias de maior influência política e econômica no Rio Grande do Sul. Formou-se em agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, logo em seguida, conseguiu uma bolsa de estudos na Louisiana State University, EUA, onde realizou um curso de pós-graduação em estudos do solo e agroquímica. Após trabalhar durante sete anos na Companhia Riograndense de Adubos e, depois, na Sulpampa que era do mesmo ramo, foi contratado para trabalhar com fertilizantes como um alto executivo da multinacional BASF que era também a empresa para a qual trabalhava seu sogro. Em função deste novo emprego ficou fora do país como executivo da empresa durante 13 anos: 2 na Alemanha, 7 na Venezuela e 4 no Marrocos. Seu ingresso no ambientalismo ocorreu quan-

5 Para um maior detalhamento dos outros casos que correspondem a tal modalidade de carreira de ambientalista, ver Oliveira (2005, cap. IV; 2008).

do ele estava com 45 anos e tem como marco seu pedido de demissão da BASF, segundo ele próprio, para “mudar o rumo de sua vida”. Quando isso ocorreu, ele já tinha aderido ao naturismo, estabelecido contato com algumas associações e com lideranças vinculadas ao “ecologismo”, na Europa e nos EUA, chegando a entrar em contato com algumas “entidades de luta”, como ele mesmo definiu que eram a Adubon Society ou o Sierra Clube, às quais o inspirou na criação da AGAPAN. Sua “experiência internacional” foi decisiva para a ocupação do cargo de presidente da referida associação. A partir daí, entrega-se totalmente ao “trabalho de proteção ambiental” a ponto de se tornar um “ativista em tempo integral” e, com base na visibilidade, na projeção e nos vínculos alcançados no âmbito nacional e internacional, consegue articular de maneira exemplar e duradoura o ativismo ambiental com a atuação profissional em associações ambientalistas, organizações profissionais, empresas, administrações e organismos públicos, nas áreas de manejo e reciclagem de resíduos, paisagismo, urbanismo e saneamento natural, etc. (Dreyer, 2004).

Como se pode perceber pela descrição desses dados, os recursos que respaldam o ingresso e a permanência na defesa ambiental a partir dos anos de 1970 se encontram estreitamente associados à bagagem cultural e aos vínculos sociais e políticos adquiridos a partir da família de origem. De maneira geral, observou-se que são os indivíduos pertencentes às famílias que mantêm laços estreitos com as elites governantes, aqueles que assumem as posições de liderança das principais associações e mobilizações existentes naquele momento. No entanto, a partir da chamada “abertura política”, a imensa proliferação de organizações e de “movimentos sociais” se torna um dos ingredientes principais da diversificação da composição social das organizações ambientalistas e das estruturas organizacionais e ideológicas do ambientalismo brasileiro. Isso tem consequências consideráveis tanto para o modo de recrutamento das principais lideranças, que passa a se concentrar nessas redes de organizações e “movimentos sociais” vinculados à luta pela “democratização” (Alonso; Costa; Maciel, 2007), quanto para as possibilidades de articulação da militância ambiental com outras esferas de atuação, com base na diversidade de vínculos acumulados. Dessa forma, a maior imbricação do ambientalismo com os grupos e organizações vinculados às lutas so-

ciais, populares e partidárias, ocorridas nesse momento, constitui um dos ingredientes principais da ampliação das retribuições que podem ser obtidas através do militantismo ambientalista.

## **MOVIMENTOS SOCIAIS, MILITÂNCIA MÚLTIPLA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA “ÁREA AMBIENTAL”**

Nos anos de 1980 ocorre uma grande diversificação das formas de participação na defesa de causas ambientais. Tal aspecto está relacionado a mudanças ocorridas tanto nas dinâmicas próprias do militantismo e da participação política quanto no espaço de formação e de exercício profissional. Dentre os fatores que propiciaram isso, destacam-se, em primeiro lugar, certas mudanças nos contextos político e ideológico dos anos de 1980. É o caso da abertura dos espaços de participação política decorrente do “processo de redemocratização” que resultou na intensificação do “fenômeno da militância múltipla”, de modo que as redes de lideranças de diferentes organizações e movimentos sociais se tornaram extremamente interligadas (Mische, 1997). Em segundo lugar, encontram-se mudanças no espaço da formação escolar e profissional. Trata-se, mais especificamente, da expansão e diversificação do ensino superior, que propiciou a ampliação dos usos instrumentais da escolarização e da formação profissional com vistas à politização e à articulação de diferentes esferas de atuação, através da inserção e da militância anterior e/ou simultânea em diversos tipos de organizações e movimentos sociais (Coradini, 2002). Por fim, destacam-se certas transformações das próprias bases sociais e das dinâmicas de ingresso no militantismo ambientalista. Desse modo, observa-se que nos anos de 1980 há uma mutação de um militantismo composto por lideranças com origens sociais elevadas e cujas intervenções estavam fundadas na bagagem cultural e política herdada ou construída a partir da família de origem, para padrões de atuação que resultam do ingresso de indivíduos com origens sociais mais baixas e heterogêneas e que têm como principal base de recursos, os vínculos estabelecidos no decorrer de seus itinerários familiar, escolar e profissional com partidos políticos, organizações e movimentos sociais diversificados. Nesse sentido, vale salientar que a maioria dos que entra-

ram no ambientalismo nessa época participaram das mobilizações estudantis pela abertura democrática e estavam vinculados, de maneira formal ou informal, a centros e diretórios acadêmicos, a sindicatos e a organizações profissionais, ao mesmo tempo em que se dizem “fundadores” ou simpatizantes do Partido dos Trabalhadores.

Tais mudanças ampliaram consideravelmente as possibilidades de articulação da formação escolar e universitária com diversas esferas de atuação, por meio do engajamento na defesa de causas ambientais. Isso porque, paralelamente à diversificação das organizações, dos atores e das reivindicações vinculadas à defesa de causas ambientais, observa-se também uma ampliação das associações, lideranças e “facções” do movimento ambientalista cujas bandeiras de luta e intervenções estão articuladas ao militante em grupos estudantis, sindicatos e associações profissionais, em partidos políticos, em organizações religiosas ou em outras organizações e movimentos populares, assim como em empresas de consultoria, em administrações públicas e na burocracia estatal. Em decorrência disso, um dos principais desafios encontrados no estudo do ambientalismo nos anos 80-90 não diz respeito tanto à distinção entre a maior ou menor ausência de suas participações anteriores em outros tipos de organizações e sim à multiplicidade de vinculações e de posições que eles acumulam simultaneamente em diversas redes de organizações e de “movimentos sociais”. Dito de outro modo, uma vez que a adesão ao ambientalismo não resulta da ruptura ou afastamento de tais vinculações, constituindo-se antes como uma forma de prolongamento das mesmas, o principal desafio na análise desse tipo de militante consiste justamente em apreender estas inscrições simultâneas dos dirigentes em redes diversificadas de organizações e “movimentos sociais” como algo integrado à sua atuação profissional na proteção ambiental. Além disso, na medida em que se trata de atores que se caracterizam pela múltipla inserção e pelo acúmulo de posições simultaneamente em diversas redes de organizações sociais, circunstancialmente novos postos podem ser ocupados nas mais diferentes esferas com base em outras redes de relações às quais tais dirigentes se encontram vinculados.

Com isso, houve um crescimento considerável do potencial de retribuição da participação na defesa do meio ambiente a partir desse período.

do. Isso porque esse tipo de engajamento passou a ser associado à ocupação de postos nas administrações públicas e na burocracia estatal, nos partidos políticos, nos meios acadêmicos e universitários, em organizações e grupos profissionais, em empresas de consultoria, entre outras (Oliveira, 2005; 2007). Sendo assim, na medida em que os postos profissionais ocupados com base na participação de organizações ambientalistas estão fundados em recursos e vínculos estabelecidos pela inserção anterior ou simultânea das lideranças em organizações e movimentos sociais variados e no maior entrelaçamento entre as redes de liderança que atuam nessas diversas esferas de atividade, as retribuições obtidas pelo militantismo ambientalista se tornaram extremamente diversificadas.

Exemplos particularmente relevantes disso são as modalidades de carreiras de dirigentes ambientalistas que resultam da articulação do engajamento associativo em organizações ambientalistas com o intenso militantismo em organizações estudantis e partidárias. Tais trajetos respaldam concepções da participação na defesa do meio ambiente que estão fundadas em princípios baseados na política partidária, no sentido de que esta constitui uma esfera de articulação de militâncias diversificadas e a defesa ambiental um tipo específico de esfera militante que deve estar necessariamente associada a outros tipos de organizações e “movimentos sociais” e, especialmente, à organização partidária.

Em alguns casos tais vínculos são utilizados para a ocupação de cargos e posições na administração pública e na burocracia estatal. Um trajeto ilustrativo disso é o caso do dirigente da associação HOCTEMPORE de Pelotas. Trata-se de um advogado formado pela UFPel que é filho único e natural de Herval, onde o pai trabalha com comércio de carro e a mãe é professora do ensino fundamental. Seus pais eram adeptos do PDT, mas foi através do grêmio estudantil e, depois, da militância no Partido dos Trabalhadores (PT), simultaneamente à participação na direção do DCE, que ele foi conduzido ao “movimento ambiental”. Segundo ele, foi com base na “aproximação ideológica” com ambientalistas do Centro de Estudos Ambientais (CEA), também filiados ao PT, que ele decidiu integrar tal associação. Com isso passou a atuar ao mesmo tempo na associação e no referido partido, integrando a “setorial de meio ambiente” do PT a nível estadual. Esse trajeto de intensa combinação de

militância partidária e ambiental possibilitou a ocupação simultânea de vários cargos tanto no “movimento ambiental”, como representante das ONGs em conselhos municipais, estaduais e nacionais de proteção ambiental, quanto nas administrações públicas do PT. Essa forte imbricação da militância partidária e associativa resultou em sucessivos conflitos e o desligamento do CEA. Todavia, com base nos vínculos estabelecidos de longa data no PT assumiu um cargo no Ministério do Meio Ambiente, criou uma nova associação e se tornou um dos principais articuladores de uma rede de ONGs voltadas à defesa do “bioma pampa”, à qual já conta com a adesão de aproximadamente 80 associações ambientalistas do estado.

Em outras versões desse tipo de trajeto tais vínculos são utilizados para a atuação como assessores e consultores na área de meio ambiente. Em geral, tais dirigentes direcionam sua atuação para o trabalho de assessoria e de consultoria na área de meio ambiente, após um longo trajeto de participação no movimento estudantil, de inserção simultânea em partidos políticos e de ocupação de cargos em agências estatais a partir de vínculos partidários. Em alguns casos, tal direcionamento ocorre mediante o desenvolvimento de projetos nas organizações ambientalistas com apoio ou parcerias de órgãos públicos e fundações de financiamento. Esse é o caso do presidente do fundador da associação CURICACA. Filho de descendentes de imigrantes alemães com portugueses, com baixa escolarização e ausência de participação de organizações políticas. Também nesse caso, trata-se de um trajeto escolar e universitário estreitamente ligado à militância estudantil e depois partidária. Formado em Agronomia pela UFRGS, os vínculos pessoais estabelecidos com professores e colegas filiados ao PT durante a graduação e o mestrado lhe possibilitou uma longa atuação em secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre vinculados à defesa ambiental, atuação essa complementada com qualificação profissional através de cursos de aperfeiçoamento no Japão e Alemanha, alguns destes como desdobramento da própria função exercida na administração municipal. Segundo ele próprio, devido à ausência de uma “identidade mais fisiológica partidária” e ao sentimento de que não tinha “credibilidade” o bastante para atuar no governo e na “dinâmica pública”, investiu no “trabalho de

consultoria” na “área de meio ambiente”, com base nos vínculos estabelecidos durante a formação universitária e a militância partidária. Como desdobramento disso, elaborou um “projeto de desenvolvimento sustentável” em torno do Parque dos Aparados da Serra em final de 1996 e início de 1997 para ser implementado em Cambará do Sul, formando um grupo que resultou na criação da associação CURICACA.

Por fim, e sem a mínima pretensão de esgotar as modalidades de retribuições que podem ser obtidas com base nessa militância múltipla, cabe destacar os casos em que tais vínculos são utilizados para a ocupação de cargos e posições no magistério superior. Esse é o caso de uma ex-coordenadora do CEA que passou a ter uma maior participação política por influência dos irmãos e irmãs ao criarem um núcleo do PT. Com isso começou a participar do grêmio estudantil no colégio onde fazia magistério e depois do movimento estudantil: primeiramente, na diretoria do centro acadêmico do curso de educação física através de duas amigas que já participavam do mesmo e depois na diretoria do DCE, chegando também a fazer parte da articulação da educação física na executiva nacional. A intensificação da militância simultaneamente na associação e no PT influenciou o redirecionamento de sua carreira profissional, pois a levou a pedir demissão da escola onde lecionava educação física devido às muitas atividades vinculadas à organização e ao fato de ter que faltar muito à escola para viajar para a representação de conselhos, encontros de entidades, fóruns de ONGs, etc., posto que, para ela, “era muito mais prudente” faltar à escola do que às atividades assumidas como coordenadora do CEA. Associada a tal atuação cursou o mestrado de educação ambiental na FURG, onde uma amiga de “entidade” e de tendência no PT tinha ingressado um ano antes. Foi com base nos vínculos estabelecidos com essa amiga, à qual é diretoria de uma faculdade particular em Pelotas, que ingressou no magistério superior em tal instituição, desempenhando as funções de docente e de coordenadora de curso de graduação em educação física.

## CONCLUSÕES

Diferentemente das abordagens que tomam o próprio ingresso na militância como ponto de partida, negligenciando o “passado” dos atores e sua vinculação com a trajetória social dos respectivos grupos de onde provêm, procuramos evidenciar como o passado constitui um dos ingredientes importantes para a compreensão do sentido atribuído à militância, bem como das possibilidades de sua utilização ou reconversão para o acesso às diferentes esferas sociais. Dessa forma, pôde-se perceber que a continuidade de concepções militanistas da formação escolar e profissional está associada a uma grande diversificação dos padrões de reconversão da militância ambientalista em recursos e competências profissionais. Trata-se da mudança de uma situação em que a atuação na “área ambiental” estava fundada, basicamente, nos vínculos e relações estabelecidos a partir do grupo familiar, para outra que se caracteriza pela sua combinação com a inserção simultânea em organizações estudantis, partidárias e “movimentos sociais” diversificados. Tais aspectos constituem os principais ingredientes da configuração da defesa ambiental como um militanismo de reconversão da formação universitária e profissional para a atuação em diferentes esferas de atividade.

Com base nisso, é possível uma melhor compreensão das especificidades de tal situação em relação a certas caracterizações do ambientalismo que se encontram na literatura pertinente. Em linhas gerais, pode-se dizer que no caso do Rio Grande do Sul e do Brasil, o militanismo ambientalista não constitui um “setor específico” de contestação política (Passy, 1998). Ele difere, por um lado, daquelas situações nas quais a estrutura organizacional, as estratégias e os repertórios de ação dos ambientalistas estão caracterizados pela existência de agências governamentais e organizações especificamente voltadas para a proteção ambiental (Diani; Donati, 1999; Rucht; Roose, 1999; Brand, 1999). Isso porque os dirigentes que participam da defesa ambiental estão vinculados simultaneamente aos mais diferentes tipos de organizações políticas e de “movimentos sociais”, de modo que grande parte das demandas e reivindicações levantadas pelas lideranças ambientalistas são questões sociais, econômicas, urbanas, etc. que foram conceituadas como “ambientais” (Fuks,

2001; Leite Lopes, 2004). Por outro lado, ele difere também dos casos em que o meio ambiente constitui uma questão marginalizada que se encontra subordinada a questões econômicas e políticas e nas quais inexistem grupos e organizações ambientalistas e mesmo instâncias formais de proteção ambiental (Haynes, 1999). Trata-se de uma situação que se aproxima daquelas situações que se caracterizam pela constituição de agências governamentais e de associações voltadas para a proteção ambiental, mas dependentes do Estado e de outras organizações políticas e “movimentos sociais” em termos de suas formulações ideológicas e de seus recursos humanos, organizacionais e financeiros (Jiménez, 1999; Devaux, 2005).

Tais considerações nos colocam diante de perspectivas diferenciadas daquelas que caracterizam a institucionalização do militantismo ambientalista como um processo linear que resultaria de sua participação regular em instâncias formais de proteção ambiental e da imposição da formação escolar e universitária como requisito principal para o ingresso e o exercício da atividade militante. Não estamos diante de uma situação em que a multiplicação das organizações e das formas de ação militante resulta de uma diferenciação entre “campo militante” e “campo político”, de modo que a participação em tais associações não se encontra incorporada ao militantismo partidário (Matonti & Poupeau, 2004). Pelo contrário, o que parece característico da situação analisada, é que, a partir de final dos anos de 1980, tem havido uma forte imbricação entre a atuação dos dirigentes de organizações ambientalistas com o militantismo partidário e com a ocupação de postos no Estado com base em tais vinculações políticas.

Dessa forma, observa-se que, no caso em pauta, as retribuições ou os postos alcançados através da militância na defesa de causas ambientais podem ser obtidos pela reconversão da formação e do exercício profissional em diferentes esferas de atividade com base nos vínculos estabelecidos pelos ativistas durante seus itinerários escolares e profissionais com “movimentos sociais”, sindicatos, partidos políticos, universidades, etc. O que difere das situações em que é somente com a ascensão do ambientalismo ao poder do Estado que se constitui uma oferta maior de cargos aos militantes ambientalistas. Em decorrência disso, o capital coletivo das organizações que atuam na defesa do meio ambiente é bastante frágil,

não pela escassez dos postos oferecidos aos que militam nesse tipo de causa, e sim porque, primeiramente, há amplas possibilidades de articulação da formação profissional com a militância política em diversas esferas de atividade, segundo as respectivas redes de inserção dos militantes. E, em segundo, porque as posições acumuladas em múltiplas redes de organizações e “movimentos sociais” estão associadas a confrontos nos diferentes grupos e facções que fazem parte das mesmas.

Tais considerações parecem pertinentes também às discussões sobre as particularidades dos critérios de constituição de grupos dirigentes em situações como a brasileira. De certa forma, pode-se dizer que, na situação investigada, a utilização do militantismo ambientalista como recurso à manutenção e ascensão a postos dirigentes está diretamente ligada às múltiplas inserções sociais daqueles que participam do ambientalismo. Assim sendo, torna-se difícil a utilização do critério posição no “campo militante” como medida de êxito nas dinâmicas de reconversão social através do militantismo. Pelo contrário, são em função do número de posições simultaneamente ocupadas em esferas de atividade distintas que se definem as possibilidades de retribuições, uma vez que a obtenção de uma grande diversidade de retribuições está associada justamente à ocupação de posições simultâneas em diferentes esferas de atividade. Desse modo, tais análises se aproximam dos trabalhos que demonstram a importância da múltipla posição como critério de acesso aos postos dirigentes no caso das elites políticas brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRIKOLIANSKY, E. *La Ligue Française des Droits de L'Homme et du Citoyen Depuis 1945*. Paris, L'Harmattan, 2002.

ALONSO, A. , COSTA, V. *Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico*. **Boletim Informativo Bibliográfico**, 2002a, n.º. 53 : 35-78.

\_\_\_\_\_. *Por uma Sociologia dos Conflitos Ambientais no Brasil*. In : ALIMONDA, H. **Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires, CLACSO, 2002b, p. 115-135.

ALONSO, A., COSTA, V., MACIEL, D. O Processo de Formação da Rede de Ativismo Ambientalista no Brasil. **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife, 29 de maio-6 de junho de 2007.

BOURDIEU, P. *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris, Minuit, 1979.

BRAND, K-W. *Dialectics of Institutionalisation: the transformation of the Environmental Movement in Germany*. In: ROOTES, C. (Ed.) **Environmental Movements: local, national and global**. London, Frank Cass, 1999, p. 35-58.

CHAMBOREDON, H. et al. *S'imposer aux imposants; A propos de quelques obstacles rencontrés par des sociologues débutants dans la pratique et l'usage de l'entretien*. In: **Genèses**, 16, juin, 1994, p. 114-132.

COLLOVALD, A. Et. Alli. (Dir.). *L'Humanitaire ou le Management des Dévouements. Enquête sur un militantisme de "solidarité internationale" em faveur dur tiers-monde*. Rennes, PUR, 2002.

CONNIFF, M. L. *A Elite Nacional*. In: HEINZ, F. M. **Por Outra História das Elites**. São Paulo, FGV, 2006, p. 99-121.

CORADINI, O. L. *Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais*. FELIX, L. O. & ELMIR, C. (org.) **Mitos e Heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 209-235

\_\_\_\_\_. *As Elites como Objeto de Estudos*. In: CORADINI, O. L. (Org.) **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul. Algumas Contribuições Recentes**. Porto Alegre, EDUFRGS, 2008, p. 7-18.

\_\_\_\_\_. *Escolarização, Militantismo e Mecanismos de "Participação" Política*. HEREDIA, B., TEIXEIRA, C., BARREIRA, I. (orgs.). **Como se Fazem Eleições no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002, p. 103-153.

DEVAUX, S. *Modalités d'Engagement et de Militantisme Après l'Experience d'un Système de Type Soviétique*. In: DEVAUX, S. **Les Nouveaux Militantismes dans l'Europe Élargie**. Paris, L'Harmattan, 2005, p. 81-109.

DEZALAY, Y. & GARTH, B. *La Mondialisation des Guerres de Palais. La restructuration du pouvoir d'État en Amérique Latine, entre notables du droit et "Chicago Boys"*. Paris, Seuil, 2002.

DIANI, M. & DONATI, P. *Organisational Change in Western European Environmental Groups: a framework for analysis*. In: ROTES, C. (Ed.)

**Environmental Movements: local, national and global.** London, Frank Cass, 1999, p. 13-34.

DREYER, L. **Sinfonia Inacabada. A vida de José Lutzenberger.** Porto Alegre, Vidicom Audiovisuais Edições, 2004.

EDER, K. **A Nova Política de Classe.** Bauru-SP, EDUSC, 2002.

FILLIEULE, O. Propositions Pour Une Analyse Processuelle de l'Engagement Individuel. **Revue Francaise de Science Politique**, Paris, Vol 51, n° 1-2, 2001, p. 199-215.

FUKS, M. Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro. Ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro, EDUF RJ, 2001.

GALLET, G. L'Expertise, Outil de l'Activisme Environnemental Chez Greenpeace France. In.: HAMMAN, P.; MÉON, J-M.; VERRIER, B. **Discours Savants, Discours Militants: mélange des genres.** Paris, L'Harmattan, 2002, p. 109-128.

GAXIE, D. & OFFERLÉ, M. Les Militants Syndicaux et Associatifs au Pouvoir? Capital social collectif et carrière politique. In: BIRNBAUM, P. (dir.) **Les Élités Socialistes au Pouvoir; Les dirigeants socialistes face à l'État - 1981-1985.** Paris, Presses Universitaires de France, 1985, p. 105-138.

GOFFMAN, E. A Representação do Eu na Vida Cotidiana. Petrópolis, Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Interaction Ritual. Essays on Face to Face Behavior. New York, Patheon Books, 1967.

\_\_\_\_\_. Los Momentos y sus Hombres. Textos Seleccionados y Presentados por Yves Winkin. Barcelona, Paidós, 1991.

HANNIGAN, J. A. Sociologia Ambiental. A Formação de uma Perspectiva Social. Lisboa, Instituto Piaget, 1995.

HAYNES, J. Power, Politics and Environmental Movements in the Third World. In: ROOTES, C. (Ed.) **Environmental Movements: local, national and global.** London, Frank Cass, 1999, p. 222-242.

JIMÉNEZ, M. Consolidation Through Institutionalisation? Dilemmas of the Spanish Environmental Movement in the 1990'. In: ROOTES, C. (Ed.) **Environmental Movements: local, national and global.** London, Frank Cass, 1999, p. 149-171.

LAGROYE, J. Les Processus de Politisation. In: LAGROYE, J. (dir.) **La Politisation.** Belin, 2003, p. 359-372.

LEITE LOPES, J. S. A Ambientalização dos Conflitos Sociais. Participação e Controle Público da Poluição Industrial. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004.

LOUREIRO, M. R.; PACHECO, R. S. Formação e Consolidação do Campo Ambiental no Brasil: Consensos e disputas (1972-1992). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, out/dez, vol 29, n° 4, 1995, p. 137-153.

LOVE, J. L. & BARICKMAN, B. J. Elites Regionais. In: HEINZ, F. M. **Por Outra História das Elites**. São Paulo, FGV, 2006, p. 77-97.

MATONTI, F.; POUPEAU, F. Le Capital Militant. Essai de Définition. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n° 155, 2004, p. 5-11.

MEMMI, D. L'Engagement Politique. In: GRAWITZ, M. ; LECA, J. **Traité de Science Politique**, vol 3 L'Action Politique. Paris, PUF, 1985, p. 310-366.

MISCHE, A. De Estudantes a Cidadãos. Redes de Jovens e Participação Política. In: **Revista Brasileira de Educação**, n°. 5 e 6, 1997, p. 134-150.

OLIVEIRA, W. J. F. “Paixão pela Natureza”, Atuação Profissional e Participação na Defesa de Causas Ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e Início dos Anos 2000. 2005, 464f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. Elites Culturais, Militantismo e Participação na Defesa de Causas Ambientais. In: CORADINI, O. L. (Org.). **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul. Algumas Contribuições Recentes**. Porto Alegre, EDUFRGS, 2008a, p. 103-128.

\_\_\_\_\_. Formas Precárias de Emprego, Atuação em ONGs e Inserção Profissional. Pelotas, Sociedade em Debate, v. 13, 2007, p. 141-160.

\_\_\_\_\_. Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil. Rio de Janeiro, **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n° 3, 2008b, p. 751-777.

\_\_\_\_\_. Maio de 68, Mobilizações Ambientalistas e Sociologia Ambiental. Londrina, **Revista Mediações**, 2008c.

OLLITRAULT, S. Les Écologistes Français, des Experts em Action. **Revue Francaise de Science Politique**, Vol 51, n° 1-2, février-avril, 2001, p. 105-130.

- \_\_\_\_\_. Science et Militantisme: les transformations d'un échange circulaire. Le cas de l'écologie française. **Politix**, n° 36, 1996, p. 141-162.
- PÁDUA, J. A. O Nascimento da Política Verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. **Ciências Sociais Hoje**, 1990, São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, p. 190-216.
- PASSY, F. **L'Action Altruiste**. Paris-Genève, Droz, 1998.
- PÉCAUT, D. Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação. São Paulo, Ática, 1990.
- PERISSINOTO, R. M., CODATO, A. Apresentação – Por um Retorno à Sociologia das Elites. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, jun. 2008, p. 7-15.
- PETRARCA, F. R. Conflitos Profissionais e Usos do Título Acadêmico para o Exercício do Jornalismo no Rio Grande do Sul. **Teoria & Sociedade (UFMG)**, v. 1, p. 94-119, 2007.
- PINÇON, M & PINÇON-CHARLOT, M. Pratiques d'enquêtes dans l'aristocratie et la grande bourgeoisie. **Genèses**, 3, mars, 1991, p. 120-133.
- PINÇON, M., PINÇON-CHARLOT, M. A Infância dos Chefes – Socialização dos Herdeiros Ricos na França. In: ALMEIDA, A. M. F. e NOGUEIRA, M. A. (orgs.) **A Escolarização das Elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 11-28.
- RUCHT, D. & ROOSE, J. The German Environmental Movement at a Crossroads? In: ROOTES, C. (Ed.) **Environmental Movements: local, national and global**. London, Frank Cass, 1999, p. 59-80.
- SAINTENY, G. **L'Introuvable Écologisme Français?** Paris, PUF, 2000.
- SAINTENY, G. Logiques d'Engagement et Logiques de Rétribution au Sein de l'Écologisme Français. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Vol CVI, 1999, p. 175-200.
- SAINT MARTIN, M. de. Uma "Boa" Educação. **Educação & Sociedade**, ano XX, n° 66, abril, 1999, p. 104-122.
- SCHMITT, C. J. Mata de Araucárias: a região norte do Rio Grande do Sul. In: CARVALHO, I., SCOTTO, G. (coords.) **Conflitos Sócio-Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, Graphos, 1995, p. 25-101.
- SIMÉANT, J., DAUVIN, P. & C.A.H.I.E.R. **Le Travail Humanitaire. Les acteurs des ONG, du siège au terrain**. Paris, Presses de Sciences Po, 2002.

SPANOU, C. Fonctionnaires et Militants. L'administration et les nouveaux mouvements sociaux. Paris, l'harmattan, 1991.

URBAN, T. Missão (quase) Impossível. Aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo, Peirópolis, 2001.

ZHOURI, A., LASCHEFSKY, K., PEREIRA, D. B. A Instutentável Leveza da Política Ambiental - Desenvolvimento e Conflitos Sócio-ambientais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.